



JOÃO ALBASINI E O SEU DISCURSO SOBRE A “CIVILIZAÇÃO” SELVAGEM EM MOÇAMBIQUE COLONIAL

Marcos Vinícius Santos Dias Coelho¹

RESUMO

Este artigo visa desvelar os argumentos de João dos Santos Albasini, um jornalista afro-português, nascido em Lourenço Marques, antiga capital de Moçambique. Importa nesta reflexão analisar as estratégias argumentativas usadas por este escritor em seus artigos jornalísticos publicados no início do século XX. Esta abordagem privilegiará a dimensão metafórica sobre a dicotomia "civilização" versus "selvagem", presente nos argumentos de Albasini. Vale salientar que esta dicotomia era usada de forma invertida pelo personagem em questão para desmascarar a falácia de que o colonialismo português trazia progresso para os povos que viviam nesta região.

Palavras-chave: Moçambique, Colonialismo, João Albasini, Civilização, Selvagem.

JOÃO ALBASINI AND HIS SPEECH ABOUT THE “CIVILIZATION” WILD IN COLONIAL MOZAMBIQUE

ABSTRACT

This article aims to unravel the arguments of João Albasini dos Santos, an African-Portuguese journalist, born in Lourenço Marques, former capital of Mozambique. It is important in this reflection to analyze the argumentative strategies used by this writer in his newspaper articles published at the beginning of the twentieth century. This approach will focus on the metaphoric dimension of the dichotomy “civilization” versus “wild”, present in Albasini’s arguments. It is worth mentioning that this dichotomy was used in an inverted position by the character in question to debunk the fallacy that Portuguese colonialism brought progress for the people living in this region.

Keywords: Mozambique, Colonialism, João Albasini, Civilization, Wild

JOÃO ALBASINI ET SON DISCOURS SUR «LA CIVILISATION” SAUVAGE AU MOZAMBIQUE COLONIAL

RÉSUMÉ

Cet article vise dévoiler les arguments de João dos Santos Albasini, un journaliste afro-portugais, né à Lourenço Marques, ancienne capitale du Mozambique. Il présente une réflexion pour analyser les

¹Doutorado em História Social da África e mestre em Estudos Africanos e Etno-Raciais na Universidade Estadual de Campinas.



stratégies argumentatives utilisées par l’auteur dans ses articles de journaux publiés au début du XXI^e siècle. Cette approche mettra l’accent la dimension métaphorique sur la dichotomie «civilisation» versus «sauvage», présent des arguments Albasini. Il est à noter que cette dichotomie a été utilisé en sens inverse par le personnage en question de démystifier l’idée fallacieuse que le colonialisme portugais apportés progrès par les gens qui vivent dans cette région.

Mots-clés: Mozambique, le Colonialisme, João Albasini, la Civilisation, Sauvage.

JOÃO ALBASINI Y SU DISCURSO SOBRE LA “CIVILIZACIÓN” SALVAJE EN EL MOZAMBIQUE COLONIAL

RESUMEN

Este artículo visa desvelar los argumentos de João dos Santos Albasini, un periodista afroportugués, nacido en Lourenço Marques, antigua capital de Mozambique. Es importante para esta reflexión analizar las estrategias argumentativas que usa ese autor en sus artículos periodísticos publicados en el comienzo del siglo XX. Este abordaje privilegiará la dimensión metafórica sobre la dicotomía “civilización” versus “salvaje”, presente en los argumentos de Albasini. Merece la pena destacar que el personaje usaba esta dicotomía de manera invertida con la finalidad de quitar las máscaras de la mentira propagada que el colonialismo portugués traía progreso a los pueblos que vivían en aquella región.

Palabras clave: Mozambique, Colonialismo, João Albasini, Civilización, Salvaje.

I.

“Não foram as armas que nos derrotaram. O que aconteceu é que nós moçambicanos, acreditamos que os espíritos dos que chegavam eram mais antigos que os nossos. Acreditamos que os feitiços dos portugueses eram mais poderosos. Por isso os deixamos governar”.

Mia Couto

O convencimento ideológico no processo de implantação do colonialismo foi um importante instrumento de conquista. Partha Chatterjee afirma que um dos temas do projeto colonial moderno, em um âmbito mais geral, assentava-se na necessidade, pelo menos desde o fim do século XVIII, de convencer um seletivo grupo de súditos nas colônias. Dessa forma, o convencimento ideológico emerge como um elemento chave para compreender a história colonial, haja vista sua utilidade para entender porque os colonizados sentiam – e ainda sentem – admiração pelas formas culturais europeias. Tal convencimento ideológico disseminou os valores europeus em meio a um certo grupo de colonizados. Este grupo social – que se formou a partir da introdução da educação europeia – se apropriou de alguns valores modernos da Europa, entre os quais o nacionalismo (CHATTERJEE, 2004, p. 28-36).

O interesse europeu pela ocupação do continente africano emergiu apenas no último quartel do



século XIX. Além disso, foi desencadeado por uma disputa internacional que envolveu o monarca belga recém-entronado, a França, a Inglaterra a Alemanha e Portugal. Pautados na política dos tratados, os europeus ludibriaram alguns chefes prometendo proteção militar. É certo que alguns desses chefes se aliavam aos europeus para reprimir movimentos internos e mesmo lutar contra inimigos externos (UZOIGWE, 2010, p. 51-6). Alguns líderes africanos pensavam modernizar seus domínios e daí o interesse no contato e aliança com os europeus. Quando eles perceberam a real situação de poder europeu, a conquista já havia se completado (RANGER, 1991, p. 69-73). A implantação do domínio colonial depois da conquista logrou ainda criar novos grupos sociais intermediários de africanos. Um dos exemplos foi o dos coletores de impostos que passaram a ter uma vida ligada à burocracia colonial (BETTIS, 1991, 336-7).

Um grupo social com tais características foi formado em Moçambique. Embora em uma situação específica, também aqui era comum o apreço destes colonizados africanos pelos valores disseminados por sua metrópole. É o que se pode observar em um artigo, intitulado *Carta d'um Indígena*, publicado em um jornal de Lourenço Marques:

Quando em 1895 nós, os indigenas de Inhambane, ajudamos as tropas do Governo a combater as hostes do Gungunhana, abrindo estradas limpando rios, construindo acampamentos, carregando armamentos e munições, viveres, e, ainda, combatendo ao lado d'essas tropas (...) foi na esperança de que, uma vez estabelecida a paz, nós gosariamos em soçego, no seio das nossas famílias os privilegios concedido, e a que teem direito todos cidadãos portuguezes.

Era de esperar que, governados e administrados por brancos – instruídos e civilizados – as nossas terras progredissem e prosperassem.²

Embora em tom de cobrança, é possível perceber em tal excerto o grau de confiança que se nutria pelo ideário de modernização propalado pelos portugueses. Interessa aqui esta influência europeia em virtude da necessidade de entender certas concepções de mundo do mais destacado personagem colonizado em um período da sociedade de Lourenço Marques, antiga capital da colônia de Moçambique.

Até o final do século XIX, havia poucos portugueses na região sul de Moçambique. José Capela afirma que existiam apenas “alguns nobres, à míngua dos renditos patrimoniais, [que] por aqui passaram na colheita das rendas pingues das mercês e dos tratos nas feitorias” (CAPELA, 1996). A partir de 1895 esta realidade seria mudada, uma vez que a vitória militar sobre o Império de Gaza possibilitaria o domínio português sobre a população local. Esta conquista impôs transformações sociais e econô-

²O *Africano*, 19 de julho de 1911.



micas significativas. Permitiu que os portugueses obtivessem o controle da força de trabalho da região, transformando Lourenço Marques no distrito central de Moçambique e legando ao sul da colônia um papel de destaque na nova conjuntura colonial (ZAMPARONI, 1998, p. 391).

Os portugueses que conseguiram esse feito ficaram conhecidos como *Geração 95*. A *Geração 95* implantou uma nova forma de administração colonial em Moçambique, passando das negociações com as autoridades locais – estabelecidas ainda no período mercantil – para uma dominação pela força, através da discriminação, da expropriação dos recursos materiais e da exploração da força de trabalho; aspectos estes constituintes da ordem capitalista (MACAGNO, 2001, p. 61-80). Este tipo de ocupação colonial – o colonialismo – efetivou-se como um modo inovador de explorar os recursos sob a dominação direta do colonizador (CABAÇO, 2006, p. 49).

A descoberta de minerais preciosos e, a consequente expansão econômica da vizinha República do Transvaal, impulsionou a relação entre esta república e a região sul de Moçambique, aliás, muito proveitosa para a colônia portuguesa. Lourenço Marques teve seu porto beneficiado, fornecia mão-de-obra e controlava os caminhos de ferro³ que haviam se tornado a principal via para o transporte dos trabalhadores, bem como para o escoamento da produção transvalina (COVANE, 1987, p. 76-80). Estas transformações econômicas tiveram repercussões sociais relevantes no processo de formação do grupo de indivíduos que exerceriam papel de intermediários entre os europeus e a população local da região. Estes eram indivíduos forjados nas relações capitalistas estabelecidas no fim do XIX, em Lourenço Marques, na região sul da África Oriental Portuguesa (ZAMPARONI, 1998, p. 21). Este grupo expandira sua atuação social e política concomitante ao processo de ampliação do complexo portuário da cidade de Lourenço Marques – hoje Maputo – durante o último quartel do século XIX (PENVENNE, 1993, p. 87). Entre as atividades econômicas desempenhadas pelos integrantes deste grupo pode-se destacar a função de encarregado dos serviços indígenas (cargo ligado ao Estado colonial), caixeiros, despachantes, amanuenses, dono de carros para aluguel, gerente de banco, proprietários de terras, comerciantes e advogados (ZAMPARONI, 1998, p. 399-400). Eram, ainda, herdeiros de dois legados culturais; pelo lado materno estavam ligados à cultura autóctone, enquanto pelo paterno – via de regra – à uma ascendência europeia. Embora também pudessem ser de descendência indiana – hindu e muçulmana – e mesmo africana (ZAMPARONI, 2001, p. 193).

Essa dupla origem consolidara-se através da união entre mulheres africanas ricas e de famílias importantes locais com aventureiros europeus ou comerciantes indianos. Podiam ser também filhos de pai e mãe africanos educados em missões religiosas (ZAMPARONI, 1999, p. 154-5; ROCHA, 2000, p. 90). Vale ressaltar que para os portugueses, ser casado com uma mulher importante da região,

³Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, denominação corrente da companhia ferroviária que ligava o Transvaal ao porto de Lourenço Marques.



significava obter facilidades para empreender as atividades mercantis que desejavam (PENVENNE, 1996, 419-464; ZAMPARONI, 1998, p. 394).

As pessoas – fruto de tais uniões – mantiveram relações comerciais e culturais com os representantes da metrópole estabelecidos no território. Por conta dessa antiga relação, era-lhes assegurado um estatuto privilegiado enquanto vigorou o sistema socioeconômico do tráfico e da pilhagem mercantil, vigente até a conquista em 1895 (ANDRADE, 1997, p. 108-9). A nova conjuntura, entretanto, designou à África uma função de complementaridade subordinada e controlada, que direcionava a riqueza produzida para a metrópole. Também estabeleceu, a partir da alteridade europeia, uma desigualdade geopolítica polarizada entre África e Europa. Tal polaridade extrapolou-se, penetrando o continente africano e alicerçando as relações entre colonizador e colonizado. Baseou-se no princípio racial e desdobrou-se em outras divisões subalternizantes como “primitivo e civilizado”, “tradicional e moderno”, “oralidade e escrita”, “superstição e religião” e etc (CABAÇO, 2006, p. 38).

Tais mudanças motivaram os integrantes deste grupo social a organizarem-se para lutar pelos privilégios que lhes estavam sendo retirados. Desta forma que foi criado Grêmio Africano de Lourenço Marques em 1908, agremiação que agregava indivíduos de diferentes identidades, raças, credos e “nacionalidades”, entre os quais asiáticos (mulçumanos, católicos e hindus), africanos (mestiços e negros oriundos de diferentes povos e diferentes credos), portugueses e ingleses (protestantes e católicos). Esta associação defendia a valorização do africano em face da nova conjuntura colonial opressora. Reuniões, encontros e festas faziam parte do processo de institucionalização desta agremiação, através do qual ocorriam trocas culturais entre seus membros (NEVES, 1989, 110-1; ZAMPARONI, 1998, 402-15).

As pessoas que se reuniam em torno desta organização aspiravam ainda “representar” os *indígenas*⁴ como seus autoproclamados porta-vozes, fazendo denúncias das arbitrariedades cometidas pelos colonizadores contra estes nativos. Diante dessa ação política brotou uma nova identidade alicerçada na ideia de portugueses coloniais de Moçambique que partilhavam das culturas europeia e africana. Esta reivindicação não havia sido feita até o advento das transformações decorrentes da conquista colonial. Por exemplo, a vinda gradativa de mulheres portuguesas foi um dos fatos que interrompeu o processo de miscigenação até então existente (PENVENNE, 1993, p. 88-9). A partir de então, tais pessoas passaram a reivindicar os privilégios “a que teem direito todos cidadãos portugueses”.

Existem trabalhos cuja preocupação foi definir este grupo, motivo pelo qual não será aqui reeditado tal debate (MOREIRA, 1997; NEVES, 1989; PENVENNE, 1993; ZAMPARONI, 1998; THOMAZ, 2008). Este trabalho concorda com a definição “pequena burguesia filha de terra” (ZAMPARONI, 1998, 386-93), ou mais especificamente, com “filhos da terra” (THOMAZ, 2008, 23-79). Primeiro por pensar mais apropriado defini-los pelo termo que os mesmos se autodenominavam. Segundo, por entender que, embora *pequena burguesia* exprima a posição social, política e ideológica destes agen-



tes históricos, está implícito no termo “*filhos da terra*” a condição de “*pequena burguesia*” que estes colonizados vivenciavam (THOMAZ, 2008, p. 68).

Desta forma, pode-se estabelecer que os *filhos da terra* fossem uma pequena burguesia emergida no momento em que a conquista colonial implantava novas relações – políticas, econômicas e culturais – capitalistas. É possível ainda afirmar que estes *filhos da terra*, receberam uma educação nos moldes dos valores culturais europeus. Valores que acreditavam ser os mais apropriados para possibilitar o desenvolvimento da região onde viviam. Entre os *filhos da terra* havia um homem que, segundo a maioria dos especialistas que investigam este grupo, era o mais destacado ator político da sua época. Seu nome: João dos Santos Albasini (ver figura) (ZAMPARONI, 1998, 400; PENVENNE, 1996, passim; MOREIRA, 1997, passim).



Legenda da foto: João dos Santos Albasini (MOREIRA, 1997, capa).

Fenotipicamente negro, o jornalista era neto de um negociante português, de ascendência italiana, que também se chamava João Albasini. Este ascendente foi chefe de uma comunidade Khossa de Magude, caçador profissional, senhor e traficante de escravos, negociante de marfim e vice-consul de Portugal no Transvaal, cargo adquirido por ter estabelecido boas relações comerciais para o porto de Lourenço Marques. O avô do nosso personagem casara-se com uma mulher negra, Khossa de Magude, com a qual teve dois filhos (ZAMPARONI, 1998, p. 399). Um deles era o pai do jornalista João Albasini, Francisco João dos Santos. Francisco, sendo mulato, casou, por sua vez, com a filha do



régulo Maxaquene, de Ka-Mfumo, cujo nome era Kocuene Mfumo⁵, e teve com ela quatro filhos, sendo o jornalista um dos frutos dessa união.⁶

Nascido em 02 de novembro de 1876 – ano em que Lourenço Marques (atual Maputo) foi elevada à condição de vila – e filho da aristocracia local, o jornalista estudou as “primeiras letras” em uma missão católica em Lourenço Marques. Trabalhou como auxiliar de despachante, conseguindo, em seguida, sua própria banca. Além disso, foi funcionário dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, exercendo a função de fiscal dos serviços *indígenas* até sua morte, em 16 de agosto de 1922, com 45 anos (PENVENNE, 1996; ZAMPARONI, 1998).

João dos Santos Albasini foi ainda um dos fundadores de *O Africano*, jornal laurentino⁷ que inaugurou a característica particular de focalizar os africanos, tanto como sujeitos, quanto como objetos. Este jornal foi também pioneiro na publicação de artigos em língua local: o ronga (ROCHA, 2000, p. 91-2). Em um editorial intitulado *Mais um jornal!* Albasini estabelecia que:

Faltaríamos a um dos mais sagrados deveres se não viéssemos a publico dizer em letra redonda ao que vimos. Segundo os preceitos sagrados temos que declarar, no alto do papel a nossa orientação, a nossa côr.

(...)

Ora este jornal tendo uma orientação definida não tem, contudo, um programma capaz de encher as medidas do publico, porque o publico é toda a gente, e este jornal, sahe justamente a lume, para combater certas e determinadas entidades, certos e determinados cavalheiros, principios adotados que não são mais do que abuso, iniquidades que teem os titulos pomposos de direito e justiça e que todos os dias são postos em practica como leis, como coisas respeitaveis e sagradas a que se deve render cultos.

⁴*Assimilado e indígena* constituíam categorias jurídicas criadas pela administração colonial a fim de justificar, submeter e categorizar os africanos. Portaria Provincial N^o 317, de 5 de fev. de 1917, publicada no Boletim Oficial n^o 02/1917. Sob forma de uma portaria provincial que se tornou conhecida como “Portaria do Assimilado” ou “Alvará do Assimilado”, que dividia a sociedade em três categorias sociojurídicas: o *assimilado*, que era o africano “civilizado”; o *indígena*, o africano não “civilizado”; o *não indígena*, o europeu. José Moreira. *Os assimilados, João Albasini e as eleições, 1900-1922*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997, p. 103-4; ZAMPARONI, 1998, p. 467-72.

⁵O nome em português era Joaquina Corrêa de Oliveira.

⁶João, José (ambos colaboradores dos jornais *O Africano* e o *Brado Africano*), Maria Isabel, António Paulino.

⁷Laurentino, que refere-se a Lourenço Marques, nome antigo de Maputo, atual capital de Moçambique.



(...)

Somos todos feitos do mesmo barro – e justificamos lamentavelmente o provérbio de Salomão, o sábio incomparável: “Nada há novo debaixo do sol... Tudo são vaidades...”:

No entanto ousamos dizer – quanto pode a vaidade! – para que se registre como uma convicção de que tomamos a responsabilidade:

Estamos convencidos de que vamos trabalhar para o bem publico. Que seremos tolerantes no que puder ser, mas muito duros na apreciação de varias patifarias que os pobres filhos do ultramar são victimas e, sobre tudo, pugnaremos pela instrução.⁸

Criado em dezembro de 1908 – mesmo ano do Grêmio Africano de Lourenço Marques – *O Africano* era o porta-voz das demandas daquela agremiação. Entretanto, circulou por um curto período em 1909 e deixou de ser publicado. Depois de quase dois anos, voltou novamente a ser publicado, em 1911. Foi vendido em 1918 a um padre da região. Depois da venda, continuou sendo publicado, embora completamente descaracterizado, porquanto deixou de ser o instrumento de reivindicação dos *filhos da terra* (ZAMPARONI e SOARES, 2000, p. 127; ROCHA, 2000. p. 91-2). Após vender o primeiro jornal, seus editores criaram imediatamente a sua continuação com o nome de *O Brado Africano*, com vistas a continuar sua luta ideológica. Albasini foi ainda presidente do Grêmio Africano de Lourenço Marques (GALM), agremiação política e social, acima referida, que visava promover o bem estar dos *filhos da terra* e defender o direito dos *indígenas* (ZAMPARONI e SOARES, 2000, p. 135).

Fundador dos dois jornais e presidente do GALM por um longo período, João Albasini, é o autor do discurso sobre a natureza que será adiante analisado. Não é necessário discorrer sobre a representatividade e influência que João Albasini possuía entre os *filhos da terra* e de resto em toda Lourenço Marques. Mas é importante entender como através da colonização, os europeus tentaram e conseguiram, parcialmente, incutir, em um pequeno grupo de colonizados, os seus valores. Há que salientar como este grupo restrito de colonizados, entre os quais João Albasini, incorporaram tais valores. A erudição cultural e a posse de algum recurso material quase permitiu a este personagem escapar de tal condição. Afinal, ele trazia a marca europeia no nome, embora a maioria dos seus ancestrais tivessem sido africanos.

Para entender a complexidade da condição de Albasini, pode-se evocar as reflexões de Albert Memmi, segundo quem, as crianças colonizadas ou estavam abandonadas, ou sendo educadas nos valores do colonizador. Albasini era um daqueles educados a moda europeia. Cultuavam-se os heróis do colonizador, era a natureza dos metropolitanos a mostrada, eram os eventos sociais e históricos do

⁸**O Africano**, 01 de março de 1909.



opressor os transmitidos no processo educativo colonial. Isso não permitia que o colonizado se percebesse, se não através das imagens do colonizador (MEMMI, 1967, p. 95-6).

A dualidade do colonizado manifestava-se, de forma peculiar, no *bilinguismo colonial*, haja vista a educação ser ministrada através da língua do colonizador. A maioria dos colonizados não teve a oportunidade de tornar-se letrada, uma vez que sua realidade cultural se manifestava por meio da cultura oral e na língua nativa (MEMMI, 1967, p. 96). Mesmo para este pequeno grupo de colonizados urbanos tais línguas deveriam ser abolidas, tanto que os “filhos da terra” recomendavam que o ensino fosse ministrado por professores portugueses que não tivessem familiaridade com as línguas locais. Embora editassem secções em ronga em seus jornais, recomendavam que esta língua fosse ensinada apenas durante dois anos (ZAMPARONI, 2003, p. 456). Como a língua local não havia sido usada administrativamente, esta se tornou um empecilho para o colonizado, transformando-o em estrangeiro no seu próprio país, mesmo que o *bilinguismo colonial* viabilizasse a entrada do colonizado nos interstícios da colonização (MEMMI, 1967, p. 97).

Essa entrada não foi sem sofrimento. A língua materna, símbolo de todos os valores afetivos e sensoriais do colonizado, era desqualificada. Para ter acesso ao mundo instaurado pela colonização, o colonizado precisava dominar cada vez mais a língua do seu opressor e se afastar cada vez mais da sua língua materna. Por isso, o *bilinguismo colonial*, embora pudesse oferecer uma melhor capacitação ou erudição, era mais um elemento do drama vivido pelo colonizado. Isto tornava o escritor colonizado um exemplo perfeito da ambiguidade cultural.

Raros foram os escritores colonizados, devido às extremas dificuldades materiais que os locais enfrentavam para se instruírem. Mas se surgiam, abriam-se novas perspectivas de transformação cultural. Entretanto, era difícil para um escritor colonizado sustentar-se, uma vez que ele incorporava todas as ambiguidades e impedimentos do colonizado da forma mais intensa (MEMMI, 1967, p. 97-8).

Esta transmutação despertava no colonizado uma vontade de ser reconhecido pelo colonizador, bem como fazia emergir a recusa de si mesmo. Desta forma, os cânones dos colonizadores eram os mais valorizados. Por exemplo, para pessoas como Albasini, a mulher africana deveria se comportar como a europeia, exercendo as funções da divisão sexual do trabalho que a cultura ocidental determinava. Fazia-se necessário, segundo João Albasini, que sua educação seguisse o modelo europeu:

À mulher indígena também se devem dispensar uns certos cuidados ensinando-lhe o português, noções de agricultura e serviços caseiros, como, por exemplo, coser, passar a ferro, cosinhar etc, sendo por isso de toda a conveniência que em cada missão fosse collocada uma mulher europeia honesta e instruída, que a pouco e pouco conseguisse insinuar-se no animo das pretas a fim de conseguir que ellas conseguisse dar bons exemplos de moral aos seus filhos.⁹

⁹O Africano, 18 de fevereiro de 1914.



Embora tivesse que pagar um alto preço para tornar-se assimilado, ou seja, negar tudo que sua cultura representava; este não era o maior obstáculo para a assimilação. O pior deveria ser descobrir que, mesmo tendo logrado êxito nesta autonegação, o colonizado nunca havia de ser aceito pelo colonizador (MEMMI, 1967, p. 108-9). Albasini mostrava que a colonização não admitia o valor do colonizado, mesmo quando o africano atingia o estágio de evolução imposto pelos europeus. Tanto que quando médicos africanos foram convocados a atuar em Lourenço Marques, os portugueses nesta colônia mostraram-se constrangidos, inclusive “‘patriotas’ houve (...) que cobriram a cara de vergonha (...) por aquele escândalo que avilta os olhos... dos ingleses”.¹⁰ O pior na opinião de Albasini era a vergonha que os portugueses tinham, diante dos ingleses, por haver médicos africanos.

Numa palavra: esses médicos pretos, que frequentam sociedades cultas na Europa, que lidam com gente elevada e de posição, que tem educação superior ao cumum dos seus críticos delagoanos, atravessaram os mares, arriscando sua vida, justamente pelos ingleses (...) que com fingidas lágrimas de fraternidade e divisas falsas de luta pelo direito e pela liberdade, vão empurrando para fornalha povos a quem no fim de contas odeiam. (...)

Nesta altura da era cristã Exmo. Sr., Não devemos lamentar as asas que perdemos ao sair do paraíso de Jeová, mas orgulharmo-nos por já não ter o rabo do Macacão Pai da Humanidade, no dizer de Darwin...¹¹

Em tais circunstâncias restaria ao colonizado apenas a possibilidade da sublevação. Entretanto, não era surpresa a ausência de tais manifestações políticas, haja vista o trabalho sistemático de repressão do poder colonial. Além disso, a cautela e temor do colonizado, a falta de confiança e uma paradoxal admiração pelo seu dominador inviabilizava ocorrências mais agudas de revoltas (MEMMI, 1967, p. 111). Assim, o colonizado oscilava da submissão à revolta sem conseguir se desvencilhar da colonização. É nessa condição de escritor colonizado “*filho da terra*” que emergem nas páginas de *O Africano* o discurso sobre a natureza nos textos de João Albasini.

II.

...as bocas se abriam sozinhas, as vozes amarelas e negras ainda falavam do nosso humanismo, mas era para acusar a nossa inumanidade.

Jean Paul Sartre

¹⁰*O Africano*, 05 de junho de 1918.

¹¹*O Africano*, 05 de junho de 1918.



A pena brilhante de João Albasini expressava toda sorte de críticas à forma como era imposta aos indígenas estratégias de exploração econômica. Importam, nesta reflexão, as estratégias argumentativas usadas nos discursos deste escritor; tendo em vista que o imaginário usado era permeado de expressões metafóricas sobre a natureza. Um dos seus alvos prediletos era o comércio de vinho de má qualidade.¹² Como se demonstra neste artigo, cujo título é *Cada um agarra com as unhas que tem*:

A imprensa regista – chronista fiel dos successos do seu tempo – o agonizar sem Fé de uma civilização de trapos, feita de embustes para que a posteridade não se atarante depois ao fazer a historia de um povo que, cego, fascinado pela sagrada fome do ouro, se aviltou esfaqueando-se para colocar em primeiro logar na mesa do festim da civilização, o copo de veneno que ha-de matar toda uma raça!

Nós outros nos admiramos nos duros contendores, não a persistência e a habilidade com que defendem os seus interesses – como gentilmente confessa o das luvas dando manteiga nos grossos beiços do “Colonial” –, o que nos espanta é o tom de seriedade, os gestos nobres, as invocações de patriotismo adrede lembradas e ironicamente chasqueadas que dão a este caso vil e que não são mais que a prova de que a colonia e seus naturaes nada teem a esperar da gente lusitana que para cá veio com fins de moralisar e civilisar educando e instruindo. Nós já sabíamos ha muito tempo que todo este patriotismo que costuma embassar os basbaques se reduz a bem pouca coisa, a uma coisa mesquinha até: obter concessões de terras e vender a estrangeiros; abrir cantinas e produzir a egualdade do branco e do preto, caçar-lhe com todos os meios e manhas possiveis todas as libras que com sacrificio trouxe do estrangeiro, fazendo-lhe beber até a demencia toda sorte de cousas ralas; e, depois de arrasado e arruinado, pol-o fora de sua intimidade com dois pontapés e declarar as gentes cultas que o preto é um animal impossivel de domesticar, indigno de possuir bens e continuar nas suas terras, bicho que se não deve educar nem ensinar officio para não fazer concorrência ao branco!”¹³

Nesta denúncia sobre o comércio inescrupuloso do vinho “Colonial” nota-se uma estratégia de desqualificar o empreendimento colonial a partir de dicotomia: selvagem *versus* civilização. Esta era apresentada em “tom de seriedade”, “gestos nobres” e “invocação de patriotismo”, mas na verdade

¹²Os vinhos portugueses começaram a ser exportados principalmente para Moçambique, em função da concorrência dos vinhos produzidos na Espanha, França e Itália. Devido ao baixo teor alcoólico do vinho passou-se a adicionar álcool para que os indígenas comessem a consumi-lo. José Capela. *O álcool na colonização do sul de Save, 1860-1920*. Maputo: Litografia Ach Brito, 1995, p. 39-47, 56-7.

¹³**O Africano**, 28 de junho de 1912.



consistia na venda de uma bebida para obtenção do lucro que expropria e provoca a desestruturação social do “preto”. Por sua vez, selvagem é o preto, representado como “animal impossível de domesticar” e “bicho que não se deve educar”, que, no entanto, é quem está preso nas unhas da civilização. Claramente percebe-se, neste caso, qual é a real qualidade da colonização civilizadora. Afinal, “cada um agarra com as unhas que tem”. Ao que parece, o vinho colonial é uma das unhas da não muito civilizada da civilização.

O conceito *civilização* refere-se a muitos aspectos da vida em sociedade: “nível de tecnologia, tipo de maneiras, desenvolvimento do conhecimento científico, ideias religiosas e costumes”. Daqui decorre a dificuldade de sintetizar os sentidos que *civilização* pode denotar. Partindo-se da função geral do conceito e referenciando-se na axiologia que ela encerra, a “civilização” é a consciência de superioridade que o ocidente tem de si mesmo tanto em relação às formas de organização sociais anteriores ao período contemporâneo quanto às sociedades não europeias. Outro significado seria o de estágio universal de povos que se consolidaram em um processo crescente e expandiram sua forma de vida para além de suas fronteiras (ELIAS, 1994, p. 23-5).

Entretanto, *civilização* era – quando surgiu em meados do século XVIII, na França – a evolução do verbo *civileser* e estava limitado à falsa ideia de polidez no trato social; mas, o conceito só encontraria sua plenitude se fizesse convergir forma e conteúdo produzidos pelo conhecimento humano. *Civilité* era um dos muitos termos usados para diferenciar os hábitos de corte em relação aos costumes dos indivíduos considerados mais simples e inferiores socialmente. Antes de se consolidar, *civilização* expressava apenas a autoimagem da alta corte, criada para se diferenciar daqueles considerados subalternos. Talvez neste sentido, o termo se aplicasse às reais intenções colonizadoras (ELIAS, 1994, p. 54).

Entretanto, não era este o significado defendido pela colonização. O que os europeus propalavam como missão civilizadora estava de acordo com a substituição da “falsa civilização” pela verdadeira. Esta “falsa civilização” antagônica ao modo de vida simples - e no limite ao selvagem – afastava-se da ideia de *autêntica de civilização*. A fisiocracia francesa – corpo de burocratas compostos por vários ramos do tecido social (econômico, político e intelectual), que se alinhavam e agrupavam-se em ideias reivindicando reformas práticas nas áreas econômicas políticas e sociais – foi responsável pela consolidação da ideia da *autêntica civilização*. Esta se consubstanciava na teoria da existência “leis naturais” que regiam os processos econômicos e sociais, por isso os monarcas sem esclarecimento não deviam intervir em tais processos. Dever-se-ia legar tal tarefa a pessoas capacitadas para gerir tais processos os quais deveriam estar de acordo com essas leis. Ou seja, existiam leis naturais para orientar as ações governamentais. Pressupunha-se então que a razão devia harmonizar a ação de governar, o que contrariava a ideia de governo arbitrário (ELIAS, 1994, p. 54-9). A partir desta reflexão, percebe-se na denúncia Albasini, a crítica do descaminho civilizador da colonização:



Não é justo não é christão “castigar os que erram” e “não dá de comer aos que tem fome”.

Eu Exmo Sr. nunca tinha pensado que em paiz que se presume civilizado, alguém ousasse negar comida a um preso! Pão e pau foi sempre o que eu ouvi dizer na casa do meu avô que tinha escravos... Trabalho grátis e fome, Ex^a, confesso que é a primeira vez que ouço, depois que há tanto humanitarismo e tanta religião.¹⁴

Albasini aqui alegava que, no período da escravidão, considerada como uma mácula na história da humanidade, os escravos eram mais bem tratados do que os presos no processo de civilização colonial.

De volta às concepções sobre a civilização, pode-se afirmar que ela agregava o sentido de que o conhecimento das forças sociais era necessário para um governo justo. Por conseguinte, a civilização era portadora de um conteúdo moral e ético que devia ser seguido pelo governante para a emancipação e bem estar da sociedade. E mais uma vez, orientado em tais pressupostos, o jornalista apontava que:

Lourenço Marques, cidade do Espírito Santo, território da Republica Portuguesa na Costa de Moçambique, Africa Oriental, tem, como toda a Africa, o seu elemento nativo, que pertence á raça negra. Recebe e acarinha, acata e respeita a colonização europeia, que predomina etc., etc., e a sua população aborigine espera e almeja pela prometida civilização, instrução e educação etc. e tal – espera amarga, espera dolorosa, que já faz bocejar...¹⁵

Como se vê acima, o jornalista demonstra que a colonização apenas propagava o discurso sobre sua missão. Entretanto nada se fazia no sentido de realizar a promessa.

Civilização carregava ainda a ideia de estágio necessário para consumação de um processo emancipador. Dois sentidos convergiam no conceito: 1) situação social oposta ao estágio da barbárie; 2) processo que conduzia a sociedade da barbárie um estágio mais evoluído. Assim o conceito *civilité* justificava os privilégios da supremacia de certas nações e criava, a partir deste pressuposto, outra hierarquia – a das nações – com direitos a dominar as “nações” não civilizadas (ELIAS, 1994, p. 62). Cabe analisar o extrato abaixo, antes de prosseguir na análise do *selvagem*, conceito oposto ao de *civilização*:

Assim a educação e instrução que se dá aos indigenas deve recair nos dois sexos para se tirar logo um proveito imediato, porque só a preta educada pode regenerar o preto. Temos visto regressar do Cabo, do Natal e do Transvaal muito indigena nosso, ido

¹⁴O Africano, 20 de abril de 1909.

¹⁵O Africano, 05 de junho de 1918.



d'aqui com trouxa fedorenta às costas, móca na mão e pé fresco, que regressa, 3 a 4 annos depois, casado com uma das mulheres d'aquellas colonias, todo elle – para bem merecer o amor da criatura educada que o acolheu – muito apurado, decentemente vestido, sóbrio e homem d'ordem, muito differente do selvagem inculto que nós exportamos.¹⁶

Neste artigo, o jornalista defende um dos temas mais caros na sua luta: a educação e a instrução. Importante dizer que a educação feminina é uma das inovações defendidas por ele (ZAMPARONI, 2003, p. 467-8). João Albasini evidencia o seu entendimento sobre o ser selvagem: “trouxa fedorenta às costas”, “móca na mão e pé fresco”. Este é “o selvagem inculto” para o jornalista. Contudo as contradições coloniais eram tantas que “é-se civilizado sem se saber ler e é-se selvagem com muita leitura...”.¹⁷ A educação era para o jornalista, o lugar por excelência para livrar o selvagem do estágio inferior em que se encontrava. Entretanto, a responsável por tal missão – a Igreja Católica - não a cumpria com eficiência. Aliás, reproduzia de forma deturpada o que a civilização apresentava na colônia:

As nossas missões, a meu ver, tem sido mal orientadas... (...) É preciso notar: os indigenas ao atingirem a idade viril abandonam as missões, principiando a esquecer o que aprenderam e voltam à pratica dos costumes e usos das suas terras: procuram na constituição cafreal a garantia d'uma folgada subsistencia. O indigena que adquire o conhecimento das primeiras letras, ao ver que não é beneficiado de modo a garantir-lhe a sua subsistencia sem grande exforço, encaminha-se pelo atoleiro dos expedientes e abusa quanto pode, evidenciando defeitos que adquiriu, de modo a poder manter o grau de civilisação que recebeu na escola.¹⁸

A condição de selvagem do *indígena*, em tal discurso, está estreitamente relacionada com a colonização. Esta não cumpre sua missão civilizadora, ao contrário, incute valores vís nas populações que viviam muito melhor sem estar em contato com os vícios da civilização. A ideia de Albasini sobre o selvagem relaciona-se às transformações que esta noção sofreu no decorrer do processo da expansão europeia.

A teoria do *bom selvagem* fundamentava-se na ideia de que a vida natural era legítima e não maculada pela necessidade do trabalho imposta pela natureza ou pelo Criador. Apenas no final da Renascença, o conceito de trabalho se transformou, passando a ser valorizado por proporcionar ao homem riqueza e, através desta, a felicidade. Mesmo assim foi preciso mais dois séculos para ocorrer

¹⁶O Africano, 29 de agosto de 1912.

¹⁷O Africano, 21 de fevereiro de 1917.

¹⁸O Africano, 18 de fevereiro de 1914.



a inversão dos valores acerca do trabalho, consolidando-se somente durante a Revolução Industrial. A partir de então o bom selvagem foi transformado em preguiçoso, pois a riqueza dos solos, o clima quente e a abundância de água permitiam a produção espontânea dos recursos materiais, acostumando mal o homem – quase animal – que vivia sob essas condições. Já nos lugares onde a produção requeria esforço físico, os homens evoluíram na busca de melhores condições de vida, tornando-se coletivamente grandes povos (LECLERC, 1973, p. 14-5).

No discurso colonial, o trabalho passou a figurar como único instrumento capaz de civilizar os selvagens africanos (ZAMPARONI, 1998, p. 34). O próprio Albasini, por ser um homem letrado, acreditava que “pelo trabalho que se há-de regenerar uma raça de natureza indolente; só elle tem o condão de acabar de vez com as superstições e fazel-a entrar no convívio certo da civilisação”.¹⁹ Entretanto, ainda que concordasse com tais princípios, o jornalista pontuava que os colonizadores não providenciavam os meios de trabalho capazes de fazer o “preto” se desenvolver. Muito pelo contrário, os colonizadores tratavam os colonizados “como cantineiro tentando-lhe o vício; como empregados públicos expressando-lhe a faculdade tributária sem medo de que se revolte”.²⁰ E a despeito da necessidade de providenciar trabalho para possibilitar a evolução do *indígena*, segundo Albasini, diziam os colonizadores:

Estamos no nosso papel.

Queres trabalho?

Vai até o Rand.

Já cá estás? O que tomas?

Tem duas mulheres? Então paga duas palhotas.²¹

Sua argumentação ambivalente e irônica, embora concordasse com a ideia de que os *indígenas* eram selvagens, pontuava – como no artigo *Amor, a quanto obrigas!* – que a venda de bebidas e a degeneração do “preto” era um meio de enriquecimento rápido, bem como uma finalidade espúria e proposital do empreendimento colonial:

que diante de ignobil interesse de manter uma camada de bichos ignaros e incultos que garantam consumo farto e sempre fiel do vinho Colonial e outros matadores nacionais e estrangeiros permitindo a sempre facil vida ideal e cheia de doçuras da ociosidade a custa do preto – sempre bicho que lá anda pelo Rand a estoirar cavername “à busca do ouro para nós” – e o dever nobre, apenas dever, que se tomou, de desbastar o cafrealismo e plantar a benefica arvore da civilisação, moralisando educando, instruindo e prote-

¹⁹**O Africano**, 18 de fevereiro de 1914.

²⁰**O Africano**, 10 de junho de 1914.

²¹**O Africano**, 10 de junho de 1914.



gendo – não-se hesita mesmo nada... Ao bicho apenas se lhe tira o habito nefasto de morder no branco, dá-se-lhe umas mixordias para não apetercer carne humana, e mais nada!²²

Em outro extrato, denominado *A devassidão*, emerge nas palavras do jornalista a desfaçatez da expropriação no empreendimento colonial:

Não foi preciso o concurso apreciavel da Dona Moralidade que talvez sugerisse àquelles cidadãos lesados nos seus interesses que o X da crise estava no mandar de presente ao diabo o torpe e escandaloso negocio e encetar outro ramo de vida, tratar d’outra coisa; antes pelo contrario entrou, como base primordial, esta formula: de que “todos os meios são bons para alcançar um fim”. Ora, no caso sujeito o principio é o magaiça, o meio a negra e o fim é comer d’aquelles dois elementos chafurdando como suínos na lama imunda do tasco, rugindo de cio, esquentando as cabeças e calcinando os estomagos com frequentes doses de colonial com a sua mistura de pontas de cigarro e pipipire.²³

Se o discurso de Albasini está permeado pela dicotomia “civilizado” *versus* “selvagem”, onde o *selvagem* é a vítima da *civilização*, esta se apresenta ainda, paradoxalmente, com outra nuance depois da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Em uma reflexão sobre as consequências do conflito bélico como a fome em Moçambique, através do artigo *A guerra e seus quindins*, Albasini pede:

Treguas ao menos enquanto o dia d’amanhã se apresentar assim, cheio de espesso fumo que a Europa supercivilisada, n’uma ancia feroz, faz sahir da boca dos seus canhões n’essa lucha de ambições e supremaciais – a loucura do século que põe o resto do apavorado Universo a pão e laranja.²⁴

O argumento antitético “*Europa supercivilisada n’uma ancia feroz*” questiona mais uma vez – agora não em relação aos africanos (selvagens) – a própria condição de antinatural reivindicada pelo mundo civilizado. Como se o paradoxo da bestialidade presente na *civilização* se expressasse de forma mais aguda quando esta logrou alcançar seu estágio mais evoluído. Esse argumento é mais sofisticadamente exposto em outro editorial denominado *Manifesto ao público*.

A situação de [que] todos os criticos consideram medonha, é ainda mais medonha por trazer á supuração o velho instinto humano que as tinturas da civilisação em tempos de paz consegue disfarçar e a convivencia polir a fereza.

Nada como em tempos de guerra fazer para transparecer logo, em pacatos sêres cuja existencia até ali parecia tender à paz, amôr e perfeição, esse odio surdo, o ranger

²²**O Africano**, 26 de julho de 1913.

²³**O Africano**, 17 de dezembro de 1913.

²⁴**O Africano**, 22 de agosto de 1914.



frememente do dente, a sede de sangue do inimigo – que vem a ser o amigo d’hontem, aquele mesmo cavalheiro de quem nos despedimos efuzivamente na vespera com sacudidos apertos de mão (...)

Fundam-se universidades para difundir a sciencia tão penosamente adquirida através das edades – A potentissima alma espiritual que tem feito d’este cahos de Jehovah a maravilha das maravilhas – para se apetrechar o homem e para fim de dominar superiormente pela razão, pela moral e pela justiça; mas logo apos calculo e manha, dominando a universidade – por altiva e majestosa que seja, por muito substanciaes as doutrinas que ensine... e uma consideravel distancia para o tiro, o homem coloca uma torre blindada; e por escuras gretas, negros e temerosos aparelhos destruidores espreitam o evoluir dos cerebros universitarios!

Quer isto dizer que muito avanço moral e material sim senhores, progressos d’abarrotar, a alma, apanhada, compreendida. A psychologia passada á esquerda, domando os mares, mas no fundo de todos nós, circulando, o sangue ruim do homem inicial: a fera que de clava ao hombro procurava outras feras para se nutrir ou para se divertir...

Em dado momento o jactancioso adjetivo de “civilizados” envergonha o cafre nu das selvas...²⁵

Em meio ao elogio ao “*cafre nú das selvas*”, a preocupação dos argumentos aqui destacados reflete principalmente sobre a superficialidade da propalada ideia de civilização como instrumento educacional das nações. Para o jornalista, *civilização* é na verdade uma máscara, mal disfarçada, que cai no primeiro contratempo histórico que envolva interesses econômicos e geopolíticos, mostrando a selvagem fera que se escondia. Nestes casos, pelo contrário, todo o conhecimento faz emergir sentimentos animalescos e desperta um desejo de sangue e vingança, onde antes havia a paz. Juntando as duas imagens dos artigos acima, a *civilização* seria mais bestial e animalesca, quanto mais elevado fosse o estágio da sua evolução. Por um lado, quanto mais se desenvolve, mais aumenta o seu irrefreável e “feroz” apetite por desenvolvimento, por outro, sabe melhor disfarçar as reais intenções que a motiva. Já o africano, no momento da guerra, se comporta de maneira diferente:

O indigena – é sabido – só vendo em ocasiões de aperto. Este ano foi farto em milho, não tem necessidades e diz lá consigo que não concorreu em nada para esta loucura que lavra mundo o fora. De cócoras na sua palhota vai mastigando aquilo que as negras lhe trazem das machambas, livre de aflições e apertos, e sem receio de que lhe protessem, as letras. A civilização e a sua agitação ephemera que se quilhem.²⁶

²⁵**O Africano**, 18 de março de 1816.

²⁶**O Africano**, 01 de Agosto de 1917.



Mas o jornalista não podia reagir da mesma forma que o *indígena* às imposições coloniais. Seu modo de vida não lhe permitiria viver do milho produzido nas roças do interior da colônia. Por isso a revolta é a única forma de combate que o “*selvagem*” poderia ter diante desta *civilização*:

Se tu soubesse ler nas entrelinhas de tudo isso que se convencionou chamar dominação portuguesa; se tu pudesse adivinhar, minha besta, o que é que no fundo se move para que tu e a tua geração de futuro nem uma raiz de mandioca, nem feijão que cozes com pouca água e amendoim e trazes de uma distancia medonha ao Bazar para vender e alimentares “os teus netos” – porque já és velha e por isso trabalhas e buscas alimentos para perpetuares uma raça de miseráveis condenados; se tu soubesses isto, ingenua e inculta criatura, terias oferecido o teu corpo as feras para que te fecundassem e o teu ventre gerasse monstros cruéis que soubessem vender cara a vida, deixar algemar os pulso só depois de cortados!”²⁷

Entretanto não se pode negar que Albasini não tivesse sonhos. Sua vida de letrado lhe indicava que era inexorável o destino do continente, embora sua verve crítica lhe mostrasse todo o quadro em que viviam os povos africanos, que naquele momento estavam dominados pelos europeus. Mesmo nadando “*contra a maré*” – título do seu artigo abaixo – a sua profecia baseava-se exatamente na contradição entre a civilização e a natureza em África. Pois aqui apenas o africano não era pela natureza repellido:

Sem querer arejar erudição diremos que não escapara à nossa observação e leitura as obras de varios escriptores que tocaram no problema, na verdade complicado, e diremos tambem que não ignoramos que para alguma coiza é que este sol d’ África aperta, o mosquito apoquentá, a irregularidade da chuva apavora e faz recuar os mais temerarios dos legionarios da enxada. (...)

Que ha, de facto, em Africa, um qualquer factor que repelle a fixação do colono, é uma verdade axiomática, factor esse que não é o nativo – pois este antes pelo contrario faz por ser pequeno e deixar o campo livre –; mas coiza transcendente “altos mysterios do ceu”.

Por se ter reconhecido isto é que em Africa para viver e medrar se foge da superficie plana onde o sol torra os passarinhos e se procurou a vida mineira. Foi-se, por curiosidade talvez, atraz da toupeira e deparou-se com o ouro e com o diamante. (...)”

A Africa é boa para della se extrahir a riqueza – disse um mestre pratico da Vida. E foi certamente por se pressentir a impossibilidade de lutar contra a natureza que se convencionou explorar a África no que ella tivesse de exploravel.

²⁷O Africano, 14 de junho de 1914.



Os antigos, pois, traficavam em marfins e pelles enquanto foi possível haver às mãos esses artigos que foram rareando à maneira que a civilização lá chegando e com o silvo das locomotivas espantando as grandes alimarias que na paz dos sertões ruminavam, indiferentes à pressa afanosa do bicho homem, vergando a frente ao peso da necessidade. (...)

Fechava-se os olhos a tudo o mais: matava-se pretos muitas vezes para adestrar a pontaria; por um cão de caça dava-se uma escrava. Apagara-se havia muito a voz dos descobridores e dos evangelizadores que de espada e cruz alçada talhavam caminho prometendo civilização, impondo o christianismo em nome de Christo que sofrera justamente para remir a humanidade. (...)

Como quer que seja, o facto é, porem, que, na verdade, a Africa é explorada e só conhecida como fornecedora desses artigos. Passa-se pela Africa a tentar fortuna. Com sucesso ou insucesso o resultado é o mesmo: é saltar-se o fulano antes que a Parca lhe dê uma foiçadela e o atire de costas, aqui, na machamba do Bastos, a ocupar leito já remexido, onde outros cadáveres já apodreceram – tão cheio está de luctadores que tombaram vencidos!

A Africa repelle, sim; e nela o unico que tem condições de vida é o africano e probabilidade de resistir o índio”.²⁸

Eis a civilização, seus interesses, suas práticas e seu destino. A profecia de Albasini levaria algum tempo para se concretizar. Pois da África seriam expulsos, alguns anos mais tarde, os seus invasores. Da mesma forma o indígena reassumiria o controle do seu destino. Mas a civilização deixaria sua marca indelével. Um grupo de africanos, tal como Albasini versados em valores ocidentais.

Das páginas de *O Africano* brota, a cada nova publicação, diferentes críticas ao colonialismo: os problemas relacionados ao maltrato dos africanos, através da exploração da força de trabalho, do comércio espúrio do “vinho colonial” e da prostituição das mulheres; a ausência de uma política que promovesse a educação para o desenvolvimento da maioria das pessoas que ali viviam; a desigualdade no pagamento dos salários entre brancos e negros; a cobrança discricionária dos impostos. Todas estas estratégias utilizadas pelo colonialismo português na exploração dos recursos materiais e da força de trabalho na colônia eram alvo das críticas de João Albasini. Sobre tais críticas se debruça esta análise. O que se busca, entretanto, não é perceber as bases concretas destas denúncias, os métodos do explorador ou as formas de defesa do explorado, já estudado por outros pesquisadores. O que importa nesta análise é desvelar o imaginário que fundamenta esse discurso crítico. A estrutura argumentativa que o escritor utilizou para fundamentá-lo, buscando mapear através deste discurso,

²⁸*O Africano*, 20 de dezembro de 1916.



quais eram as noções sobre natureza que lhe foram inculcadas. Logrou-se perceber que a dicotomia selvagem *versus* civilização é uma das principais metáforas presentes no discurso do jornalista. Toda ela elaborada pelo pensamento europeu.

Por outro lado, consideraram-se fatores que confluíram para a formação intelectual de João Albasini. Sendo letrado, com uma formação invejável, como se pode perceber através de sua produção textual, João Albasini foi um iluminista convicto. Em sua formação é possível notar a confluência do desenvolvimento da cultura europeia, seja na Europa, seja na disseminação deste ideário no mundo colonial. Albasini é um exemplo de admirador da cultura europeia. É uma demonstração do êxito do empreendimento colonial no convencimento ideológico sobre a sua superioridade política, econômica e cultural, presentes no conceito de *civilização*. Embora Albasini tenha sido agente histórico crítico, das contradições da sua condição de colonizado não conseguiu escapar. Mesmo tendo sido capaz de brilhantemente criticar as mazelas e engodos que esta *civilização* significou em sua terra, rejeitando a civilização praticada pelo colonialismo, tal rejeição expressara-se através dos instrumentos culturais por ela engendrados. Ou seja, João Albasini, era pautado pelos valores culturais dos colonizadores, as ideias europeias eram as medidas da sua ação (MEMMI, 1967, p. 120).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mario Pinto de. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

BETTS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições. In: BOAHEN, A. Adu (coord.). *História Geral da África: A África sob dominação colonial, 1880-1935*. Vol. VII. São Paulo: Ática/UNESCO, 1991.

CABAÇO, José L. O. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. São Paulo: Tese (Doutorado em Antropologia), USP, 2006.

CAPELA, José. *O álcool na colonização do sul de Save, 1860-1920*. Maputo: Litografia Ach Brito, 1995.

_____. O Ultimatum na perspectiva de Moçambique: as questões comerciais subjacentes. *Actas do Seminário – Moçambique: Navegações, comércio e técnicas*. Maputo: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1996.

CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo modernidade e política*. Salvador: Edufba/CEAO, 2004.

COVANE, Luis A. Lourenço Marques e o Transval 1852-1928. *Arquivo*, Maputo, n. 2, p. 76-84, 1987.



ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol.1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

LECLERC, Gérard. *Crítica da Antropologia*. Lisboa: Estampa, 1973. MACAGNO, Lorenzo. O discurso colonial e a fabricação dos usos e costumes: António Enes e a “Geração 95”. In: FRY, Peter (org.). *Moçambique Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MEMMI, Albert. *O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MOREIRA, José. *Os assimilados, João Albasini e as eleições, 1900-1922*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997.

NEVES, Olga M. L. S. I. *Em defesa da causa africana: intervenção do Grémio Africano na sociedade de Lourenço Marques. 1908-1938*. Dissertação (Mestrado em História), Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989.

PENVENNE, Jeane M. João dos Santos Albasini (1876-1922): The contradiction of politics and identity in Colonial Mozambique. *The Journal of African History*, n. 3, vol. 37, p. 419-464, 1996.

_____. *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1993.

RANGER, Terence. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, A. Adu (coord.). *História Geral da África: A África sob dominação colonial, 1880-1935*. Vol. VII. São Paulo: Ática/UNESCO, 1991.

ROCHA, Ilidio. *A Imprensa de Moçambique: história e catálogo (1854-1975)*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000.

THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2008.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África. In: BOAHEN, A Adu. *História Geral da África VII: África sob domínio colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

ZAMPARONI, Valdemir D. As escravas perpétuas & o ensino prático: raça, gênero e educação em Moçambique colonial 1910-1930". *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 03, p. 459-482, 2003.

_____. “Chinas, Monhés, Baneanes e Afro-maometanos: colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890/1940”. In: CAHEN, Michel (org.). *Lusophonies asiatiques, Asiatiques en lusophonies*. Paris: Karthala, p. 191-222, 2001.



_____. Deus branco almas negras: colonialismo, educação, religião e racismo em Moçambique 1910-1940. Disponível em: <http://www.codesria.org/Links/Research/luso/zamparoni.pdf>

_____. *Entre Narros & Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques 1890-1940*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1998.

_____. Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, p. 145-172, 1999.

_____ e SOARES, Paulo. Antologia de textos do jornal 'O Africano' (1909-1919). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 127-178, set., 1992.

Recebido em novembro de 2012

Aprovado em janeiro de 2013